

Dia de festa na Penitenciária Modelo de Aracaju: a participação dos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe no 'Dia do Encarcerado' (1951-1968)

Marcia Terezinha J. Oliveira Cruz¹

Resumo

Esta investigação tem como objeto central a participação dos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe (FDS) nas atividades comemorativas integrantes do “Dia do Encarcerado”, realizadas na Penitenciária de Aracaju entre os anos de 1951 e 1968, por meio da atuação da Sociedade Santo Ivo, entidade que congregava professores da FDS e os acadêmicos em Direito. Configura-se em estudo interdisciplinar que, a partir da lente da História Cultural, lança um primeiro olhar acerca das práticas havidas nessa festividade, tomando por base fontes bibliográficas, a imprensa periódica e a história oral, dentre outras. Conclui no sentido de que a presença e atuação dos estudantes de Direito em tais atividades, resultou na inculcação de princípios éticos e valores professados por aquela Academia jurídica, além de reforçar ideais republicanos relativos à educação e ao sistema prisional.

Palavras-Chave: Faculdade de Direito de Sergipe, Sociedade de Assistência Santo Ivo, Penitenciária Modelo de Aracaju



1 ORCID ID <https://orcid.org/0000-0003-0556-7914>. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, com estudos de Pós-Doutoramento na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho-RJ. Investigadora da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, integrante da equipe do Projeto Raízes da Educação para o Futuro (REduF – CIE – FCT – Ref.ª PTDC/30342/2017). E-mail: marciacruz.ufs.br@hotmail.com

A day of celebration at Aracaju's Model Penitentiary: the participation of students from Sergipe's Law School in 'Prisoner's Day' (1951-1968)

Fiesta en la Penitenciaría Modelo de Aracaju: la participación de estudiantes de la Facultad de Derecho de Sergipe en el 'Día del Encarcelado' (1951-1968)

84



Abstract

This investigation has as central object the participation of the students of the Sergipe Law School in the commemorative activities of the "Prisoner's Day", carried out in the Penitentiary of Aracaju between the years of 1951 and 1968, through the action of the Santo Ivo Society, an entity that congregated professors and students in Law. This is an interdisciplinary study that, from the lens of Cultural History, launches a first look at the practices that took place in that festival, based on bibliographic sources, periodic press, and oral history, among others. It concludes that the presence and performance of Law students in such activities resulted in the inculcation of ethical principles and values professed by that Legal Academy, besides reinforcing republican ideals related to education and the prison system.

Keywords: Sergipe Law School, Santo Ivo Assistance Society, Aracaju Model Penitentiary

Resumen

El objetivo principal de esta investigación es la participación de estudiantes de la Facultad de Derecho de Sergipe (FDS) en las actividades conmemorativas que forman parte del "Día del encarcelado", celebrado en la Penitenciaría de Aracaju entre los años 1951 y 1968, a través de la actuación de Sociedade Santo Ivo, una entidad que reunió a profesores de la FDS y académicos en derecho. Está configurado en un estudio interdisciplinario que, desde la perspectiva de la Historia Cultural, da un primer vistazo a las prácticas que tuvieron lugar en este festividad, a partir de fuentes bibliográficas, la prensa periódica y la historia oral, entre otras. Concluye en el sentido de que la presencia y el desempeño de los estudiantes de Derecho en tales actividades, resultó en la inculcación de principios y valores éticos profesados por esa Academia de Derecho además de reforzar los ideales republicanos relacionados con la educación y el sistema penitenciario.

Palabras Clave: Facultad de Derecho de Sergipe, Sociedad de Asistencia Santo Ivo, Penitenciaría Modelo de Aracaju

Festejar, celebrar, comemorar: por tudo e por todos...

As formas de sociabilidade brasileira, desde o período de colonização são marcadas pelas trocas culturais, estando ambas estreitamente relacionadas à realização de festas. (AMARAL, 2001, p. 24).

As comunidades humanas sempre se reuniram e, por diferentes motivos e de diversos modos, festejaram. O estudo relativo às festas e às festividades², como parte da cultura das sociedades, tem sido partilhado por inúmeras áreas do conhecimento, a exemplo da Antropologia, da História, da Sociologia e da Psicanálise, dentre outras, que investigaram diferentes aspectos relativos à essa temática³.

Oriunda da expressão latina *festus*, a simbolizar júbilo, o termo festa, do ponto de vista etimológico⁴, implica ato ou ação de demonstrar alegria, de comemorar, acolher com festejos; que pode ter a conotação de celebração, quando é realizada com solenidade, cerimônia ou objetiva exaltar algo ou alguém ou, ainda, fazer recordar. Independentemente da acepção ou alcance dado, o termo possui insito a ideia de rito/ritual social⁵.

A gênese das festejos no Brasil, levada em conta a colonização portuguesa, esteve ligada ao ciclo agrícola, origem comum europeia que, aos auspícios do catolicismo, dividia as festas entre as ‘do Senhor’ e ‘dos Santos’ e as demais festas chamadas de ‘domingueiras’.

Segundo Mary Del Priore, no Brasil colônia as festas atuavam como um meio do Estado expressar seu poder e normatizar o comportamento das populações, além de controle moral por parte da Igreja. Constituíam-se em “uma ponte simbólica entre o mundo profano e o sagrado” (DEL PRIORE, 1994, p. 27), uma vez que permitiam aos participantes, indistintamente, o cometimento de todo o tipo de transgressões. Vistas em seu conjunto, eram um meio que possibilitava “diminuir as tensões inerentes a diversidade étnica e as distinções sociais da colônia [...]” (DEL PRIORE, 1994, p. 15)

O Carnaval, festa valorizada pela cultura popular brasileira, teria galgado esse patamar por possibilitar a inversão dos papéis sociais e, durante os dias de folia, atuar como um meio de aliviar as tensões sociais (AMARAL, 2001, p. 23). Enfim, na atualidade, as festividades populares e

- 2 Estes são temas com extensa bibliografia e diversificadas abordagens cuja análise, por questões de racionalidade, não poderia estar contida neste trabalho.
- 3 A título ilustrativo, sugerimos a leitura de Durkheim (2008); Peirano (2003); Turner (1974) e Bourdieu (2008).
- 4 A respeito, Cf. a complementariedade da definição de ‘Festa’ nos dicionários Priberam da Língua Portuguesa (2020) e da Língua Portuguesa da Porto Editora (2020), ambos on-line.
- 5 A respeito da diferença entre rito e ritual Cf. Amaral (2001, p. 12-16).



as datas comemorativas civis e religiosas povoam e se espalham pelo o calendário social brasileiro e alimentam diversos setores da economia, em uma relação de interdependência.

Pensadas a partir do campo da Educação, de modo particular, a partir da lente da História da Educação, as festas – comemorações cívicas, folclóricas, religiosas, centenárias – e os ritos e rituais nelas inseridos, refletem a circulação de discursos político-pedagógicos, expressam dispositivos de controle e corporificam práticas do cotidiano escolar e do interior da sala de aula. Integram e estruturam uma dada ‘liturgia escolar’. (BOTO, 2014)

Em Sergipe, o estudo das festividades de modo geral ou no âmbito escolar e universitário tem ganhado maior espaço, especialmente, a partir da primeira década do século XXI. Investigações produzidas por diversas áreas do conhecimento das quais destacamos⁶, no tocante às sociabilidades, o trabalho de Santana (2011) que estudou os divertimentos das camadas populares na cidade de Aracaju, na década de 1930; a pesquisa de Silva (2015), acerca das festas cívicas ocorridas nos Grupos Escolares sergipanos e o estudo de Cruz (2014) que, no âmbito do ensino superior, dentre outras questões, investigou o ciclo ritual e as festividades no âmbito da Faculdade de Direito de Sergipe, por intermédio da categoria que denominou de ‘Cultura Acadêmica’.

Diante do panorama delineado, a presente investigação trata da participação dos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe nas festividades relativas ao ‘Dia do Encarcerado’⁷, tema gerador que possibilitou evidenciar o discurso republicano relativo à educação e ao regime penitenciário, localizar a existência da Sociedade Santo Ivo, identificar os princípios éticos e valores morais inculcados durante a formação jurídica e do modo como integravam as festas no âmbito penitenciário.

A partir de uma abordagem interdisciplinar, que reuniu História, Educação, Direito, Arquitetura e Urbanismo; por intermédio de fontes diversas (estudos acadêmicos, imprensa periódica, iconografia e relatos orais) e, a partir de um arco temporal flexível, buscou-se realizar uma incursão inicial a um tema pouco conhecido e estudado.

Partiu-se de questões norteadoras como: de que modo e em que medida é possível pensar festejos e festividades no interior de uma penitenciária? Quais as características do espaço prisional e como nele se relacionavam educação e festividades? Que discursos, sejam educacionais ou penitenciários, estavam em circulação? De que modo teriam ocorrido as comemorações alusivas ao Dia do Encarcerado? Qual o papel de estudantes e de professores da Faculdade de Direito? Quais outros tipos de festas ocorriam naquele espaço?

6 Estas referências são meramente ilustrativas, diante do volume total de estudos produzidos.

7 Neste trabalho, as expressões presidiário ou detento são utilizadas alternativamente ao termo encarcerado.



Ecoss das prisões em Sergipe...

A problemática das condições degradantes e do tratamento desumano impingidos aos encarcerados nas cadeias e nos presídios em Sergipe⁸ pode ser dimensionada a partir de registros dos finais do século XIX, período no qual a trama social estava sob a tensão advinda da mudança do modo de produção em face da recente libertação dos escravos⁹, das incertezas relativas à implantação da República e dos arranjos políticos dela decorrentes, da pobreza, do banditismo, do crescimento populacional, em especial, na Capital.

Segundo Amâncio Cardoso, relatos de autoridades sergipanas deram conta que havia, tão-somente na Cadeia Pública de Aracaju¹⁰, em janeiro de 1883, “[...] 264 (duzentos e sessenta e quatro) presos, separados por sexo. Uma média de sete reclusos por cela, chegando a dez ou mais. Número este que tende a aumentar em razão de serem enviados para esta Capital criminosos de todos os pontos da Província” (CARDOSO *In* MENEZES, 2012, p. 190)



Figura 1: Cadeia Pública de Aracaju



Fonte: Biblioteca Nacional – Brasileira Fotográfica

- 8 A respeito das prisões como instituição social e, como punição e aprisionamento, Cf. os trabalhos fulcrais de Goffman (1974) e Foucault (2004)
- 9 Após a abolição da escravatura, Sergipe possuía as seguintes características populacionais: 310.926 habitantes, dos quais 48% eram considerados mestiços, 30% brancos, 15% pretos e 7% caboclos, trabalhando em sua grande parte no campo. (BRAZIL,1898)
- 10 Foi inaugurada em 1869, localizava-se no centro de Aracaju. Possuía dois pavimentos, com 50 celas (24 no piso superior e 26 no inferior). (CARDOSO *In* MENEZES, 2012, p. 189-190)

O estado de coisas a que os encarcerados estavam submetidos no período final do Império, foi assim apresentado pelas autoridades locais, segundo relatou Amâncio Cardoso:

[...] uma atmosfera pútrida que atordoava, [...] uma cena repelente. [...] Nudez e imundície; rostos pálidos, corpos cadavéricos; desordem e confusão por toda parte. [...] Túmulos de vivos. Não obstante esta situação, as outras cadeias públicas da província eram mais decadentes. A maioria ficava instalada em precárias casas alugadas. Ali, a fuga, a promiscuidade, a doença e a ociosidade eram patentes. [...] Quanto à promiscuidade nos cubículos, ela não era apenas física, mas também jurídica. Os sentenciados ficavam de mistura com os apenas indiciados. Além disso, em 1883, na cadeia da capital os alienados (detentos considerados sem juízo ou loucos) eram recolhidos com os outros detidos, ‘não podendo, por isso, receberem tratamento conveniente para restabelecimento da razão [...]’ (CARDOSO In MENEZES, 2012, p. 193)

Condições cujo conhecimento era de algum modo e, em alguma medida, compartilhado pela comunidade e naturalizado pelas autoridades, senão vejamos:

[...] Em março de 1890, a transferência de presos chocou um articulista da *Gazeta de Sergipe*. As “cenas mais tristes que já nos foi dado presenciar”, referia-se o articulista ao “embarque de 52 indivíduos acusados de latrocínio”. Fitados por vários curiosos presentes na Praça 24 de Outubro, aqueles infelizes saíam da cadeia pública “magros, cambaleantes de fome” e “nus”, sob os “prantos e gritos” “de amigos e parentes” que não sabiam qual seria o destino de cada um deles [...] (DOMINGUES; SOUZA, 2019, p. 734)

Nas décadas iniciais do século XX, a exemplo do que ocorreu nas demais capitais da Federação brasileira, Aracaju foi marcada pelo ideário republicano e objeto de diversas intervenções urbanísticas que buscavam ordenar, modernizar e higienizar a cidade, tornando-a um lugar civilizado e apropriado para os cidadãos. Nesse sentido foram abertas avenidas, construídas praças e edifícios escolares, implantados serviços como os de luz elétrica e de bondes à tração animal, dentre outros.

No tocante aos encarcerados, em que pese o interesse esboçado pelo Presidente José Joaquim Pereira Lobo (1918-1922), quando expressou “A construção de um edifício para a cadeia pública nesta capital é assumpto que também me preocupa” (SERGIPE, 1919, p. 69); foi apenas durante o modernizador governo do Presidente Maurício Graccho Cardoso (1922-1926) que houve uma ação concreta nesse sentido, como pode ser observado no seguinte pronunciamento:

Longe do Governo ser insensível à sorte da população penal da velha e infecta Cadeia Pública de Aracaju, e tendo em conta as ideias expressas na plataforma presidencial de 24 de Outubro de 1922, no que concerne a uma mais inteligente aplicação do regimem estatuído no Código Penitenciário da República, desde Maio último ordenou as providencias preliminares para a construção em local conveniente, de um edificio em tudo harmônico, com o conceito moderno de repressão. (SERGIPE, 1923, p. 18)

A ausência de condições de higiene na Cadeia Pública de Aracaju, entretanto, persistiu até o dia da inauguração da Penitenciária Modelo, o que pode ser confirmado pelo seguinte trecho da Mensagem governamental enviada à Assembleia Legislativa, em 1925, ao tratar da epidemia de febre tifoide¹¹ ocorrida na instituição.

[...] O Dr. Eleyson Cardoso, com essa vacina debelou um surto epidêmico de febre typhoyde na cadeia da cidade. Deve-se notar que o facto de haverem cessado bruscamente os casos de febre typhoide fala eloquentemente em prol da eficácia da vacinação, pois as condições do estabelecimento continuaram a ser as mesmas em relação às condições hygienicas e a questão dos portadores de bacillos. (SERGIPE, 1925, p. 86)

A planta arquitetônica da Penitenciária Modelo de Aracaju e a construção do edificio foram conjuntamente objeto de concurso público para o qual se habilitaram três projetos¹². A comissão técnica foi composta pelos senhores Cyro Cordeiro de Farias – chefe de polícia; Misael Mendonça, Lauro Andrade e Ernesto Argenta – engenheiros; Alfredo Aranha – superintendente técnico do Estado e Carlos Alberto Rolla – procurador fiscal. (SERGIPE, 1923, p. 21-23)

O projeto vencedor, por unanimidade, foi o apresentado pelo engenheiro Arthur Araújo (SERGIPE, 1923, p. 22), um reconhecido profissional na cidade de Aracaju, que atuava com o construtor Hugo Bozzi¹³, integran-

11 A Febre Tifoide é uma doença bacteriana aguda, causada pela '*salmonella entérica*' e está diretamente associada às precárias condições de saneamento básico, higiene pessoal e ambiental. (BRASIL, 2020)

12 Os projetos apresentados foram analisados pela comissão do concurso na seguinte ordem: 1- Tipo Colonial, por Hugo Bozzi, valor de 884.400\$00; 2 – Tipo Panóptico Radial, por Silva Lima, valor de 1.700.251\$500; 3 – Radial Simplificado, por Arthur Araújo, por 886.800\$633. (SERGIPE, 1923, p. 21-23)

13 Arthur Araújo e Hugo Bozzi construíram, conjuntamente, diversos edificios em Aracaju. No caso da Penitenciária Modelo, foram concorrentes. Acerca dos edificios escolares construídos por ambos, Cf. Lapa (2019)



te de um grupo¹⁴ de imigrantes¹⁵ italianos,¹⁶ majoritariamente oriundos de comunas situadas entre as regiões de Cosenza e Salerno (CAPELLI, 2007, p. 16). O grupo, residente no vizinho Estado da Bahia¹⁷ (CAPELLI, 2007, p. 16-18), veio a Sergipe a convite do Presidente de José Joaquim Pereira Lobo (1918-1922)¹⁸.

A planta escolhida possuía a estrutura de um T invertido (), modelo radial simplificado, destinado a 250 presidiários, com capacidade de abrigar até 444 (Góis, 2019, p. 40) detentos. Continha as seguintes características: edifício da administração em dois pavimentos, com área coberta de 450m², separado da área dos encarcerados; duas torres com seteiras, situadas nos ângulos principais de vigilância; enfermaria; serviços de desinfecção; lavanderia; banheiros; sanitários; capela; necrotério; oficinas; refeitório, área para banho de sol. Os muros tinham altura considerada ideal e eram distantes o suficiente dos pavilhões de celas, que também eram constituídos em dois pavimentos. Possuía pavilhão para alienados. Ainda assim, a comissão julgou que seriam necessários ajustes no projeto, a exemplo da enfermaria, na qual deveria ser promovida a separação entre homens e mulheres.

Segundo apontou Mariana Góis, outros elementos foram acrescentados ao projeto original pelo Presidente da Província, o que entendemos tenha ocorrido em face da postura republicana que adotou em seus discursos e no projeto de modernização. “Graccho Cardoso [...], acreditava que a educação era o caminho que levava à retidão e à boa conduta por parte dos indivíduos. Atendendo aos requisitos prescritos pelo Código Criminal, incluiu uma escola, a enfermaria, oficinas mais amplas e uma capela, ao projeto da Penitenciária” (GÓIS, 2019, p. 37)

Quanto ao formato do prédio, a parte horizontal do T invertido () correspondia à administração da Penitenciária. O estilo do frontispício

14 A chamada ‘Missão Italiana’ foi composta por: Oresti Celli, arquiteto e pintor; Belando Belandi, arquiteto e escultor; Bruno Celli, pintor, filho de Oresti Celli; Hugo Bozzi, construtor, Orestes Gatti, escultor, fundidor e pintor; Fiori, fundidor; Federico Gentil e seu irmão Attilio, serviços de assentamento e Pascoal Del Chirico, escultor Rafaele Alfano, cinzelador; e os artistas Nicola Mandarino, Augusto Marozzi, Mário Noxette. A respeito Cf. Capelli (2007)

15 Acerca da imigração italiana em Sergipe Cf. Ennes (2011).

16 Vendiam seus serviços por intermédio de anúncios em jornais e, assim, circulavam por diversas localidades brasileiras. Diferenciavam-se dos imigrantes italianos que se dedicavam ao trabalho em lavouras. (GUIMARÃES, 2018).

17 Em Salvador, circulavam pelo centro comercial, em locais de propriedade de patrícios italianos, como o Café Catapano e a Pastelaria Triunfo. (CAPELLI, 2007, p. 16-18)

18 Realizaram o embelezamento de prédios públicos e praças, objetivando as comemorações alusivas ao Centenário da Independência Política de Sergipe. Atuaram na cidade até a década de 1930. (CAPELLI, 2007)



faz lembrar um castelo inspirado, segundo nosso entendimento¹⁹, no *Castelluccia di Battipaglia*²⁰, localizado na Província de Salerno, território de onde muitos da ‘Missão Italiana’ provinham.

A semelhança entre as duas edificações pode ser verificada a partir de aspecto parcial de referido castelo, apresentado na figura 2. De acordo Mariana Góis, o prédio da Penitenciária Modelo “Era um ‘Castelo Medieval’ na ótica dos letrados, mas ‘A Grande’ para os presos, que de longe a avistavam. A visão da imponência do prédio [...] assustava quem acabava engolido por ele” (GÓIS, 2019, p. 37). As celas, ocupavam a parte vertical do T invertido.

Todavia, o jurista Antônio Manuel Carvalho Neto considerava que o modelo arquitetônico adotado era ultrapassado e repetia os moldes das antigas prisões brasileiras. Apesar de sua imponente aparência (GÓIS, 2019, p. 37), estava longe da modernidade na arquitetura penitenciária. Na mesma direção encontrava-se o modelo de execução das penas, que conjugava elementos de Aurburn e Pensilvânico²¹, ou seja, *grosso modo*, prisão celular com algumas horas de trabalho e silêncio diurno; recolhimento e isolamento às celas à noite²².

A pedra fundamental do prédio da Penitenciária Modelo foi colocada em 05 de outubro de 1923 e a obra inaugurada em 13 de outubro de 1926. O prédio, encontra-se apresentado na figura 3. Apesar de entregue com elementos por completar, em função de questões financeiras que abalavam o Estado, da instabilidade política em Sergipe durante o período de sua construção; a Penitenciária Modelo deu início ao funcionamento mediante a transferência dos encarcerados da Cadeia Pública de Aracaju²³.

19 Alguns autores referem-se a ‘italianismo’, outros, que estaria relacionado a um castelo medieval sem, contudo, indicarem qual teria sido de fato essa ‘inspiração’. Cf. Rocha (2009)

20 Castelo construído no século X, sobre o qual há poucas referências acerca de sua história nesse período. Em 1683, foi comprado pelo marquês Angelo Pignatelli; cujos herdeiros foram proprietários até a década de 1950. Atualmente faz parte do roteiro turístico da região. (DEL MESE, 2014)

21 Para conhecer detalhadamente cada uma desses modelos, Cf. Góis (2019, p. 48-51).

22 Nas décadas seguintes, um dos motivos do insucesso da Penitenciária Modelo de Aracaju, decorrerá da ausência de programas destinados a ocupar os presos diariamente, estimulando-os intelectualmente, concedendo-lhes aptidões morais e profissionais. Ociosos, dedicavam-se à promiscuidade e uns aprendiam crimes com os outros. (GÓIS, 2019)

23 Após a inauguração da Penitenciária Modelo, a antiga Cadeia Pública de Aracaju foi demolida. O ideário republicano foi cumprido, passando o centro da cidade a ser ocupado apenas pelos cidadãos ‘civilizados’.



Figura 2: *Castelluccia di Battipaglia*



Fonte: Civica Mente Blogspot

Figura 3: Penitenciária Modelo de Aracaju – 1931



Fonte: Biblioteca Nacional – Brasileira Fotográfica



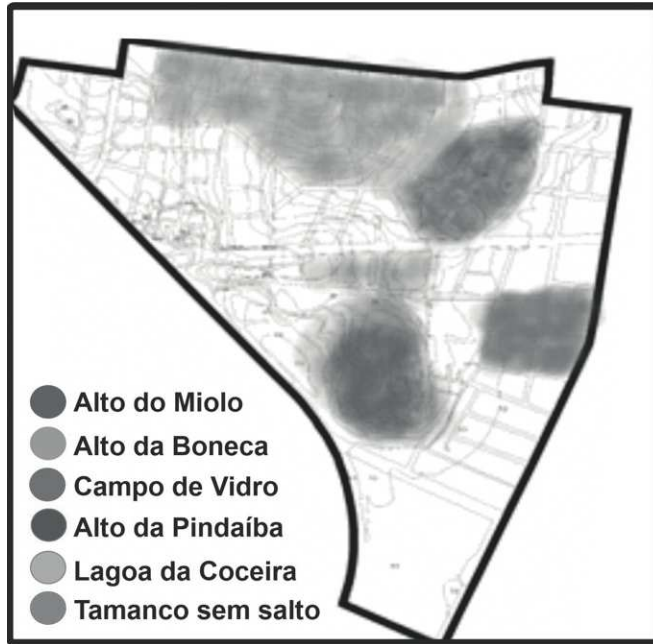
A Penitenciária Modelo foi construída em uma gleba de terra no ‘Alto da Pyndaiba’, zona ainda rural, na extrema da periferia de Aracaju, situada após o Bairro Aribé²⁴. Uma **área que guarda alguma semelhança morfológica à da região de Battipaglia**, contendo elevações, matagais e alagadiços, que podem ser identificados na figura 4, a seguir.

Segundo Érica Ramalho, referida construção foi o marco inicial para a urbanização do local. Esse processo ocorreu inicialmente pela edificação de casas, no entorno da penitenciária, pelas famílias dos presidiários²⁵, em muitos casos, mediante a invasão de terrenos públicos e privados, entretanto, a esse respeito, a autora localizou tão-somente registros orais e projetos de loteamento apresentados ao Executivo Municipal a partir da década de 1940²⁶. Conforme **é possível** verificar na figura 5, até a década de 1960, apesar dos loteamentos autorizados pelo Executivo Municipal e de ocupações espontâneas, a penitenciária ainda se encontrava separada do núcleo residencial.



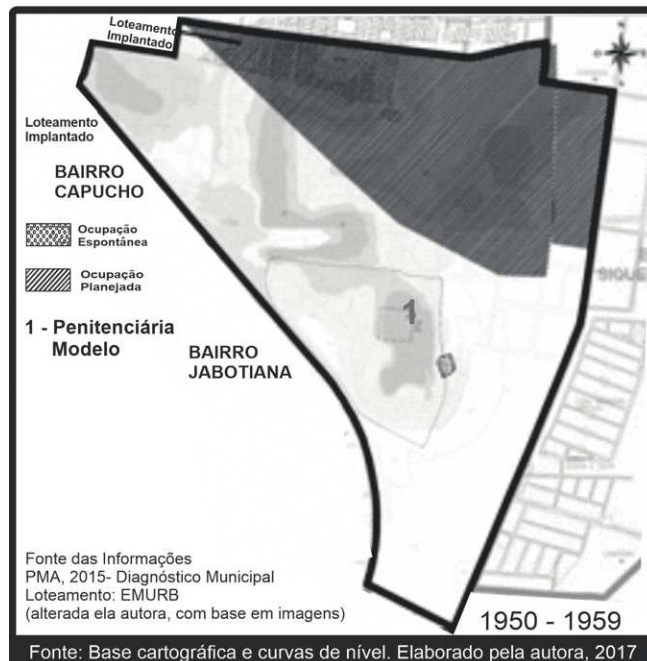
- 24 Inicialmente chamado de ‘Bairro das Oficinas’, por abrigar esse tipo de estabelecimento após a chegada a Aracaju, em 1913, da linha ferroviária. Passou a ser chamado de Aribé, por haver na região a produção de ‘aribés’, espécie de vaso de cerâmica popular, de cor vermelha. Após a década de 1930, passou a se chamar de Bairro Siqueira Campos, em homenagem ao Tenente Antônio de Siqueira Campos. Adota essa denominação até a atualidade. Situado na região oeste da cidade, teve sua formação primitiva a partir da fixação de escravos libertos após a Lei Áurea e de retirantes provindos do alto sertão. A Penitenciária Modelo, situada além dos limites do bairro mais periférico de Aracaju, promovia a separação social e geográfica entre libertos e encarcerados.
- 25 Segundo Ramalho “Muito embora a expansão urbana só tenha começado a alcançar estes limites na década de 1940, algumas pessoas já haviam começado a se fixar ali antes disso. Em 1926 [...] o Estado cria azli a Penitenciária [...] que é o primeiro chamariz de pessoas para a região; familiares dos detentos, além de ex presidiários, começaram a construir suas casas de forma desordenada, em terreno público, nas proximidades do presídio, que naquela época era uma região de atoleiros (PMA/SEPMLOG)” (RAMALHO, 2016, p. 43)
- 26 Em 1944, o Executivo Municipal aprovou um loteamento “na área de terra do lugar chamado Capucho” dividido em 1610 lotes, terreno de propriedade de José Zuckerman e sua mulher, que doaram à municipalidade os terrenos destinados aos leitos das ruas. Diante dessa doação, por intermédio do decreto municipal nº 133 de 05/02/1947, foi criado o bairro América, que passou a ser o endereço da Penitenciária Modelo de Aracaju. Para maiores detalhes acerca desse processo de loteamento Cf. Ramalho (2016, p. 43-44)

Figura 4: Morfologia da gleba de terra onde atualmente se situa o Bairro América - 1920



Fonte: Ramalho (2016, p. 53)

Figura 5: Avanço da urbanização no Bairro América, na década de 1960



Fonte: Ramalho (2016, p. 58)

Ainda segundo Érika Ramalho, essa separação também foi influenciada pela configuração morfológica da região “[...] Ao longo da ocupação, perceberemos como ela afetou diretamente na construção e formas de alguns edifícios, como ela influenciou na determinação das funções de alguns espaços, e até como ela chega a ser barreira em alguns pontos. Antes mesmo da ocupação, os espaços já eram conhecidos por nomes populares [...]”²⁷. (RAMALHO, 2016, p. 52) Mesmo a área contígua à instituição prisional, dificultava-lhe o acesso e era conhecida “como ‘tamanco sem salto’ por conta dos atoleiros que se formavam em dias chuvosos que acabavam resultando em perdas de sapatos pelos moradores”. (RAMALHO, 2016, p. 51)

Contudo, a Capital de Sergipe vivenciou nas décadas seguintes, principalmente a partir da década de 1940, um vertiginoso processo de crescimento populacional, que alterou a lógica do ordenamento urbano da cidade e criou características próprias para o bairro que, também incorporou ao seu cotidiano a presença da penitenciária. O aumento populacional, por outro lado, resultou no aumento da criminalidade e, conseqüentemente, no número de presidiários. Em 1946, a Penitenciária Modelo já abrigava 415 presidiários. (GÓIS, 2019, p. 45)

Foi com este cenário urbano e prisional com o qual professores e estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe se depararam entre as décadas de 1950 e 1960 na prestação de assistência penitenciária e nas comemorações do Dia do Encarcerado. Resta-nos indagar: Como pensar em festa no ambiente prisional?

Civilizar os libertos e regenerar os encarcerados: o papel das festividades na convergência e reforço do discurso educacional e penitenciário republicano.

[...] Penso que a pena deve ser antes de tudo, reformadora; corrigir o criminoso e não roubar-lhe o ar e a luz, o seu primordial objetivo. Ademais que o isolamento prolongado não é o meio eficaz de regeneração moral [...] (Graccho Cardoso In SERGIPE, 1923, p. 23)

À Proclamação da República, ocorrida em 1889, seguiram-se ações estratégicas do Governo Provisório objetivando garantir “[...] a unidade nacional e a consagração da estabilidade política. Em meio a ações que deveriam ser legitimadoras do novo regime, através de símbolos e eventos que exaltassem à pátria, entre outros”. (SILVA, 2015, p. 40) Foi criado assim, por meio do Decreto de 155 B de 1890 (BRAZIL *apud* SILVA, 2015, p. 41), o sistema republicano de festividades, justificado na necessidade racional da vivência social da fraternidade, de forma pública.

27 Dentre esses nomes populares havia o ‘Alto do Miolo’, o ‘Alto da Boneca’, o ‘Campo de Vidro’ e a ‘Lagoa da Coceira’. (Ramalho, 2016, p. 52)



Instituiu-se desse modo, um sistema coletivo de crenças baseadas na negação do passado imperial e na ressignificação de eventos e de personagens. Assim, foram criados símbolos nacionais, feriados, dias festivos e solenidades que passaram a compor um calendário voltado para exaltação da ‘Pátria’ que, sobrepuja-se a todo e qualquer interesse local, ao evidenciar a dimensão da ‘Nação’ e garantir, desse modo, a unidade nacional.

A educação e a escola se apresentaram como um elemento de duplo interesse aos governantes. De um lado, representavam a liberdade dos ‘grilhões’ do analfabetismo, civilizando o futuro cidadão. De outro, a partir do modelo dos Grupos Escolares, tornavam-se um *locus* privilegiado para legitimar as representações do ideário republicano²⁸.

Essa lógica foi seguida pela escola primária pública em Sergipe após a implantação dos grupos escolares, que a partir da década de 1920, passaram a incorporar a prática das festividades cívicas no cotidiano escolar para que “[...] pudessem regenerar os sergipanos de costumes e hábitos não condizentes com a civilização que se almejava implantar”. (SILVA, 2015, p. 58)

Do ponto de vista prisional, a Proclamação da República representou o fim do Código Penal do Império, que possuía punições incompatíveis com a nova ordem, a exemplo do degredo. Aprovado em 1890, o novo Código Penal buscou incorporar aspectos relativos às discussões das políticas criminais das décadas finais do século XIX. A prisão deveria regenerar os encarcerados.

O primeiro quartil do século XX abrigou intensas discussões em escala mundial acerca dos regime penitenciário e dos estabelecimentos prisionais. Educadores, criminologistas e antropólogos reuniram-se em diversos congressos internacionais que contaram com a participação de intelectuais do Brasil e de Portugal, em face do aumento da delinquência, da mendicância e do abandono de crianças nas cidades. (SILVA, 2016)

O discurso republicano pregava a regeneração dos marginalizados e aprisionados, entretanto, as condições fáticas às quais estavam submetidos, não condiziam com esse discurso. Uma situação que não era específica das cidades com maior densidade demográfica, esse o caso de Aracaju que, na década de 1940, apesar de possuir dez vezes mais o número de habitantes projetado originalmente no Plano de Pirro²⁹ era uma das capitais menos populosas da Região Nordeste. Um dos mecanismos para conter a marginalidade e delinquência, conforme estudado

28 A respeito também Cf. os trabalhos de Cândido (2012) e de Ribeiro (2017).

29 Plano urbanístico projetado para a nova Capital de Sergipe, na segunda metade do século XIX, correspondia a um quadrado de 32 quadras, cada uma com ruas de 110 metros. A própria construção do plano gerou o nascimento de outras localidades fora de seu traçado original, onde fixaram definitivamente muitos dos trabalhadores das obras e retirantes do sertão sergipano. Cf. Cruz (2016)



por Bispo (2007) e Mendes (2014), foi a criação de instituições como a Cidade de Menores Getúlio Vargas.

Estes historiadores da Educação, a partir de diferentes olhares, evidenciaram tomando por base documentos, depoimentos e processos judiciais, o perfil de crianças e de adolescentes pobres e marginalizados em Sergipe, entre as décadas de 1940 e 1970, assim como, as condições criadas para retirá-las das ruas das cidades e regenerá-las, ainda que, muitas vezes, nos locais de acolhimento, fossem-lhes impingidas condições tão ou mais inadequadas do que as já se encontravam. Por descuido, naturalização ou burocracia, muitos acabavam por ser encarcerados juntamente com adultos, o que também foi denunciado pelo jurista Antônio Manuel Carvalho Neto.

Nessas instituições, o ideal republicano de formar cidadãos civilizados, aptos ao ordenado convívio social, era ainda mais reforçado, considerando a origem social e a necessidade de regeneração, processo que muito possivelmente contava com a comemoração de datas cívicas. De acordo com Alessandro Mendes:

Na Cidade de Menores eram ministradas aulas de ensino primário para os internos [...]. A questão da moral também fazia parte da instrução [...] com o intuito de moldá-los e formar cidadãos produtivos e sociáveis. A disciplina e o respeito às autoridades, inclusive aos pais e mestres, também eram ensinados nesta instituição [...] (MENDES, 2015, p. 53)

Nesse tenso cenário social, a temática penitenciária voltou a ocupar destaque. Em *As cinzas da Província*, o jurista Antônio Manuel Carvalho Neto denunciava as condições vis a que os presos em Sergipe estavam submetidos e os efeitos da promiscuidade na Penitenciária de Aracaju. (CARVALHO NETO, 1955)

Nos debates legislativos e nos congressos jurídicos no final da década de 1940, Antônio Manuel Carvalho Neto propôs a autonomia da execução das penas, relativamente ao Direito Penal, alçando-a a uma disciplina jurídica específica denominada 'Direito Penitenciário'³⁰. Por meio do Projeto de Lei de nº 487 de 1950 o jurista propôs e obteve a instituição do curso de Direito Penitenciário nas Faculdades de Direito brasileiras. Também redigiu as normas gerais do regime penitenciário³¹.

30 A respeito Cf. Carvalho Neto (1949; 1951).

31 Acerca respeito da atuação educacional de Antônio Manuel Carvalho Neto, Cf. Lima (2016).



As ocorrências relacionadas à questão penitenciária também atraíam estudantes³² e bacharéis em Direito, muitos dos quais atuaram entre as décadas de 1950 e 1960 tanto como presidentes e membros do Conselho Penitenciário de Sergipe, como professores da Faculdade de Direito de Sergipe e presidentes da Sociedade Santo Ivo.

Dentre os juristas que exerceram tais cargos é possível destacar: Francisco Leite Neto, Antônio Manoel Carvalho Neto (figura 6), José da Silva Ribeiro (figura 7) e Osman Hora Fontes, que presidiram o Conselho Penitenciário. Tantos outros juristas foram membros. Mesmo outros professores da Faculdade de Direito que não tinham formação jurídica, a exemplo como o Monsenhor Alberto Bragança e o médico Antônio Garcia Moreno, atuavam, dentro de suas especialidades, na Penitenciária Modelo de Aracaju.



Figura 6: Antônio Manuel Carvalho Neto



Fonte: IGHSE- Acervo Iconográfico I-790

32 Este foi o caso de Juçara Fernandes Leal que, após se tornar bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Sergipe (FDS), realizou Curso de Ciências Penais em Toulouse-França e atuou como professora de Direito Penal e Direito Penitenciário na FDS. Também participou da elaboração de políticas públicas prisionais no Estado de Sergipe. (CRUZ, 2014).

Figura 7: José da Silva Ribeiro



Fonte: CRUZ (2014, p. 473)

No tocante aos adultos encarcerados, há registros de que tivessem aulas no espaço prisional desde 1870, quando a Instrução Pública de Sergipe estava sob a direção de Manuel Luís: “A escola funcionava três horas por dia e tinha que ter duas turmas. O professor era funcionário do próprio presídio e recebia trinta mil reis por mês [...]”. (SERGIPE, 1871, p. 9) Diante do já relatado estado da Cadeia Pública, é possível inferir que as condições do ensino fossem muito limitadas, mesmo porque era ministrado por um funcionário do presídio e não por professor. O registro do ensino prisional continua na segunda década do século XX, às vésperas da inauguração da Penitenciária Modelo: “Na cadeia pública acham-se recolhidos 169 presos [...]. Na escola do estabelecimento, o número atual é de 51 matriculados [...]”. (SERGIPE, 1923, p. 18)

Outras menções à instrução dos encarcerados aparecem nos anos seguintes à inauguração da Penitenciária Modelo: “Como meio de regeneração individual, não se tem descurado, na Penitenciária, a instrução elementar, como o trabalho dos detentos. As aulas funcionam em salão



vasto e higienico, ultimamente ampliado, observando-se em tudo as prescrições regulamentares da Instrução Pública do Estado [...]”. (SERGIPE, 1928, p. 13) O ambiente físico descrito é sugestivo da realização de adaptações ao projeto inicial da penitenciária.

As aulas oferecidas aos detentos deveriam seguir as prescrições do ensino primário e assim, também, o programa de Educação Moral e Cívica que, certamente, atravessava os muros da penitenciária, com suas comemorações. Esta prática pode ser inferida nas seguintes palavras contidas no relatório do Executivo estadual enviado à Assembleia Legislativa “[...] as datas cívicas são ali solenemente comemoradas, fazendo um dos professores a prelecção alusiva à festividade do dia. [...]” (SERGIPE, 1928, p. 13)

Além das festas cívicas, outras festividades faziam parte do cotidiano dos presidiários e, se de um lado buscavam inseri-los no convívio social, civilizá-los e criar hábitos de civilidade; de outro, também possibilitavam o reconhecimento quanto à ação governamental ou de entidades civis e religiosas, por parte da sociedade.

Mariana Góis, em seu estudo relativo à Penitenciária Modelo de Aracaju, identificou, incidentalmente, diversas festividades realizadas na instituição, a exemplo das Festas de Natal, de Ano Novo, comemorativas à concessão de indultos, dentre outras que ali ocorreram, entre 1925 e 1955, conforme a seguir relatado:

Esta relação se materializa na **cerimônia de indulto** ocorrida no pátio da Penitenciária Modelo, seguida da celebração de uma missa na capela, pelo padre Alberto Bragança de Azevedo e acompanhado por cânticos dos detentos. Logo em seguida, as autoridades e demais pessoas foram conduzidas para o salão principal onde foram servidos sanduíches, cafés e doces finos. **A unidade prisional estava em festa** com a presença de distintas senhoras embelezando a cerimônia.

[...]

a **comemoração para o Ano Novo** foi realizada durante a tarde do dia 31 do ano de 1951, **com músicas, cantos, distribuição de doces e comparecimento de diversas famílias**. Na parte da assistência aos detentos, contaram com confissões, pregações e a presença de cinco padres da Diocese e um grupo de senhorinhas. (GÓIS, 2019, p. 62. Grifo nosso)

De acordo com Mariana Góis, na década de 1930, mesmo as visitas aos domingos acabavam virando uma festa, conforme noticiado pela imprensa local “A algaravia é enorme. Parece uma feira. Aqui e ali em alguns cubículos grupos tocam cavaquinho e violões, em bizarros *conjunctos orchestraes*. Tudo na maior promiscuidade e camaradagem. [...]”. (JORNAL A REPÚBLICA *apud* GÓIS, 2019, p. 64)



A reprovação partia da discordância entre a prática festiva e o comportamento exigido para um encarcerado, ou seja, um conflito de representações acerca da finalidade da prisão, seja como punição, seja como regeneração. “E o silêncio, o grave silêncio regenerador educativo das penitenciárias modernas? Em tudo aqui é barulho e algazarra.” (JORNAL A REPÚBLICA *apud* GÓIS, 2019, p. 64)

Quanto à educação prisional, o Regulamento da Penitenciária Modelo publicado em 1931 preconizava a presença de 2 professores como integrantes do quadro de pessoal de da instituição. Como atividade diária, os encarcerados tinham, dentre outras, exercícios obrigatórios de ginástica sueca. Porém, apesar de haver espaço destinado ao funcionamento da escola, a frequência era uma opção para o encarcerado e poderia ou não vir associada às festividades, como informou um jornalista da década de 1930, ao visitar a penitenciária Modelo. “Percorremos o edifício. Ao fundo de uma sala uns bancos de livros, aqui o estudo é facultativo”. (JORNAL A REPÚBLICA *apud* GÓIS, 2019, p. 64)

Vestígios da educação prisional no início da década de 1970 foram localizados na investigação de Nayara Oliveira, relativamente aos acadêmicos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a maioria mulheres, que assumiram a função de supervisores na atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), conforme foi publicado na imprensa local “Agora mesmo, uma turma de 30 alunos está sendo alfabetizada no Reformatório Penal do Estado [...] atuando o MOBRAL, desta forma, nos mais diferentes setores da sociedade”. (DIÁRIO DE ARACAJU *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 150)

Contudo, considerando o período de exceção das liberdades democráticas em face do Regime Militar, a superlotação carcerária que já se iniciara na década de 1950 e, a associação ao processo de alfabetização de adultos; entendemos que nesse período as festas escolares e, outras, já não ocorriam com tanta frequência, exceto, a assistência penitenciária realizada por acadêmicos e professores da Faculdade de Direito de Sergipe/Curso de Direito da UFS.

A Sociedade Santo Ivo, o Dia do Encarcerado e a formação acadêmico-profissional jurídica

A alegria da festa ajuda as populações a suportar o trabalho, o perigo e a exploração, reafirma, igualmente, os laços de solidariedade entre os indivíduos, ao marcar suas especificidades e diferenças [...] (PRIORE, 1994, p. 10)

A criação da Faculdade de Direito de Sergipe (FDS) ocorreu no ano de 1950, fruto do movimento de intelectuais presididos pelo jurista Antônio Manuel Carvalho Dantas. A iniciativa se inseriu no bojo da fundação de



instituições de ensino superior em Sergipe, no período de retomada das liberdades democráticas e do nacional-desenvolvimentismo, sendo a FDS a última instituição jurídica estadual pioneira a ser criada no Nordeste do Brasil. A FDS foi federalizada em 1960 e, em 1968, juntamente com outras instituições superiores locais, deu origem à Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFS), passando a atuar como o Curso de Direito da UFS. (CRUZ, 2014; 2018)

A efervescência subsequente à fundação da FDS resultou, a partir de 1951, na criação de diversos organismos internos à instituição, dentre eles o Centro Acadêmico Sílvio Romero (CASR), com estatutos próprios e com a finalidade de atuar como organização estudantil.

O CASR desenvolvia suas atividades em cinco diferentes frentes, oferecendo cursos e seminários complementares para os estudantes da FDS, estimulando a participação em eventos e congressos jurídicos, promovendo concursos, atividades culturais; disponibilizando curso pré-vestibular para estudantes interessados em ingressar na FDS e executando atividades de assistência penitenciária.

A importância atribuída pelos professores e estudantes da FDS à assistência penitenciária e ao conforto moral dos encarcerados e, sua constante atuação nesse sentido, fez surgir, após alguns anos, a Sociedade de Assistência Santo Ivo, também com estatutos próprios, mas, diretoria diversa do CASR. A escolha do patrono da instituição justificou-se no fato de Santo Ivo³³ ser, no Brasil, o patrono dos advogados. As homenagens ao santo ocorrem no dia 19 de abril, também comemorado, então, em Sergipe, o ‘Dia do Encarcerado’³⁴.

Uma das celebrações relativas ao dia do encarcerado, foi assim descrita na Revista da Faculdade de Direito:

No dia 19 de abril – dia do encarcerado – os estudantes de Direito, a convite do diretor da Faculdade, visitaram o Reformatório Penal do Estado. Ali foram recebidos pelo Diretor do estabelecimento Dr. José da Silva Ribeiro e pelo presidente do Conselho Penitenciário Dr. Josafá Brandão. Após percorrerem os alunos diferentes sessões do presídio, onde o seu diretor ia lhes explicando diferentes serviços, realizou-se uma aula dada pelo professor Osman Hora Fontes, que dissertou sobre o tema – Sistemas Penitenciários

33 Yves Hélorly de Kermartin, nasceu em 17 de Outubro de 1253, em Minihy-Tréguier, na Bretanha, na França, filho de um nobre. Cursou Filosofia e Teologia, Direito Civil e Direito Canônico, em Paris. Ordenado sacerdote, foi juiz eclesiástico no Tribunal da diocese de Rennes. Os seus emolumentos, quando exerceu estas funções, eram oferecidos para a defesa dos aos pobres. Essa atitude, deu-lhe o título de “advogado dos pobres”. Faleceu em 1303, na Bretanha. Foi canonizado em 1347, pelo Papa Clemente VI. Cf. DALX (2000).

34 O dia do encarcerado não era comemorado em todas as unidades da federação brasileira e, nem sempre, no dia 19 de abril.



– [...] **Em seguida os estudantes e professores ficaram em contacto com os detentos, levando-lhes assim um pouco de conforto moral.** (Noticiário *In* REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE SERGIPE, 1955, p. 222. Grifo nosso)

Como é possível verificar no excerto anteriormente apresentado, o momento festivo era constituído por distintas etapas. Do ponto de vista da formação jurídica, para os alunos representava a interligação do conhecimento do espaço arquitetônico prisional e a verificação da execução do regime penitenciário.

Para os encarcerados, além das sociabilidades, uma oportunidade de ter, possivelmente, acesso à solução de questões legais ou processuais jurídicas. Não fica evidenciado o oferecimento de comida ou bebida aos participantes, o que deveria acontecer, por ser uma prática comum às festividades havidas na penitenciária.

O modo como as festividades ocorriam foi se modificando ao longo do tempo. Em 1956, por exemplo, além da visita e do conforto moral, houve a entrega de donativos aos presidiários. A prática era conhecida e reconhecida socialmente, anunciada em periódicos locais. O jornal “A Cruzada”, de 5 de maio de 1956, segundo a RFD, anunciou:

[...] A visita de nossos juristas à penitenciária **no dia do presidiário** é uma salutar praxe adotada pela atual direção da Faculdade de Direito, que tem sido recebida com simpatia pela nossa população, merecendo ser mantida, pelo seu elevado cunho de idealismo e solidariedade humana. (Noticiário *In* REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE SERGIPE, 1956, p. 253. Grifo nosso)

Com diferentes nomes, a prática da assistência judiciária foi regularmente realizada. Nos registros relativos a 1967, por exemplo, o CASR e a Sociedade Santo Ivo não mais participam do ‘Dia do Encarcerado’ mas, de ‘visita ao reformatório penal’ (Noticiário *In* Revista da Faculdade de Direito de Sergipe, 1955, p. 146)

A relevância da existência da Sociedade Santo Ivo, como possibilidade de materialização dos ideais de defesa da liberdade e vivência da fraternidade pela comunidade acadêmica da FDS, pode ser vista nas declarações do ex-estudante Wellington Manguera Marques:

Não me lembro se existiam [a falar quanto aos prêmios concedidos pela FDS]. Eu tenho uma boa memória. Se existiam nós não tomávamos conhecimento, porque era uma ditadura [a se referir à tensão do final da década de 1960, no Brasil], rompeu com tudo que era considerado... só **Santo Ivo, que era de proteção dos presos, Santo Ivo... Só Santo Ivo que nós levávamos a sério.** [...] (MARQUES, 2011. Grifo nosso)





Ao estudar os discursos proferidos pelos Paraninfos da FDS, durante as solenidades de formatura, Marcia Terezinha Cruz levantou que estes “buscavam reforçar a representação que a sociedade tinha acerca dos membros da congregação [professores da FDS, ocupantes de cargos nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário], assim como, as que os bacharéis investidos faziam de si mesmos, encorajando-os a adotar comportamentos julgados essenciais [...] quanto ao novo patamar social por eles ocupado após a instituição [...]”. (CRUZ, 2014, p. 342)

Referida autora também identificou nesses discursos que os professores consideravam essencial que os bacharéis formados na FDS fossem norteados pelos valores da ‘Justiça’ e da ‘Verdade’ e pelo princípio da ‘Honestidade’. A estes três elementos juntava-se a necessidade de que houvesse ‘perseverança’ e ‘dedicação intelectual’. Estes deveriam ser os atributos a conduzir a futura vida profissional. (CRUZ, 2014, p. 344)

As visitas periódicas à Penitenciária de Aracaju e as festividades alusivas ao Dia do Encarcerado possibilitavam que os jovens estudantes convivessem com um outro universo social, pontilhado com traços grossos, também, por injustiças legais e desvios morais que de algum modo atuavam no reforço/reafirmação da necessidade de vivência dos princípios e valores obtidos na formação jurídica ao longo da carreira profissional.

Como afirmou a historiadora Rita Amaral, “[...] a festa não só é um fenômeno social, como constitui, simultaneamente, um **fundamento de comunicação**, uma das expressões mais completas e “perfeitas” das utopias humanas de igualdade, liberdade e fraternidade [...]” (AMARAL, 2001, p. 22. Grifo nosso)

Considerações finais: ...nem sempre há o que festejar!

Nossa festa, além de ser uma linguagem capaz de expressar simultaneamente múltiplos planos simbólicos é, ainda, uma mediação capaz de tornar compreensível a vida num país em que as contradições de todos os tipos são realçadas diariamente [...] (AMARAL, 2001, p. 11)

Esta investigação partiu de uma tema pouco conhecido no âmbito da historiografia sergipana: o das festividades ocorridas no interior da Penitenciária Modelo de Aracaju e, nestas, a atuação da Sociedade de Assistência Santo Ivo e dos estudantes e professores da Faculdade de Direito de Sergipe. A partir de abordagem interdisciplinar foi possível unir pontos contidos em estudos diversos e delinear os primeiros contornos relativos ao objeto.

Verificamos que as condições concedidas aos encarcerados em cadeias e prisões em Sergipe, entre os séculos XIX e XX, foram abjetas. O advento da República, alicerçada no ideário de modernizar a sociedade

e civilizar os cidadãos, no campo prisional, seja por intermédio de medidas legais ou por meio da instituição de estabelecimentos específicos, não conseguiu atingir esse objetivo em Sergipe.

Apesar do entusiasmo e medidas do modernizador governo empreendido por Maurício Graccho Cardoso, a construção da Penitenciária Modelo, edifício emblemático pelas representações que causava a letrados, delinquentes e encarcerados, a partir de sua arquitetura imponente, de cariz medieval, não conseguiu cumprir seus objetivos, seja pelo modo como o espaço foi projetado, seja pelo regime de execução penitenciária adotado, seja pelo exacerbado crescimento populacional da Capital, aumento da pobreza e delinquência; fazendo com que em três décadas a Penitenciária Modelo tivesse se transformado em um estabelecimento prisional superlotado, permeado por ociosidade e promiscuidade.

A ideia de regenerar os encarcerados era perpassada pela educação, apesar da frequência às aulas não ser obrigatória. Ainda assim, as festividades cívicas, ligadas à disciplina Educação Moral e Cívica, eram comemoradas na instituição. As sociabilidades vivenciadas entre os encarcerados, autoridades, representantes da igreja e outras instituições, foram mais intensas na primeira década após a inauguração da Penitenciária Modelo, em festas comemorativas ao dia de Natal, Ano Novo, concessão de indultos, entre outras.

As festividades alusivas ao Dia do Encarcerado ocorreram de variado modo entre as décadas de 1950 e 1960, sendo conhecidas e reconhecidas socialmente. A atuação da Sociedade de Assistência Santo Ivo seguiu ao longo da década de 1970, sem que haja indícios de quando tenham cessado suas atividades, considerando o período de exceção das liberdades democráticas.

Enquanto a Sociedade São Ivo atuou, possibilitou não só o conforto moral, material e legal aos encarcerados nesses dias festivos, como também, reforçou aos estudantes de Direito, valores e princípios como Justiça, Verdade e Liberdade, a partir do conjunto de crenças republicanas dos professores da FDS, em um tempo em que os ‘Direitos Humanos’ eram uma sombra de como hoje são estabelecidos.

Referências:

AMARAL, Rita. *Festa à Brasileira*: sentidos do festejar “no país que não é sério”, 2001, p.24. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/festas.html> Acesso em 12.11.2019.

BISPO, Alessandra Barbosa. *A educação da infância pobre em Sergipe: a Cidade de Menores “Getúlio Vargas” (1942-1974)*. 2007. 139 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.



BOTO, Carlota. *A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos*. *Hist. Educ.* [Online] Porto Alegre v. 18 n. 44 Set./dez. 2014 p. 99-127.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008.

BRAZIL, República dos Estados Unidos do. *População Recenseada em 31 de janeiro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. *A máquina de festejar: seus usos configurações nas escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890-1930)*. 2012. 289 f. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2012.

CAPELLI, Vitório. *A propósito de imigração e urbanização: correntes imigratórias da Itália meridional às “outras Américas”*. Tradução: Núncia Santoro de Constantino. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 7-37, junho 2007, p. 18.

CARDOSO, Amâncio. O quinto dos infernos: presídios em Sergipe no século XIX. In: MENEZES, Joelina (org.). *Segurança pública: gestão, formação e valores*. São Cristóvão: Editora UFS, 2012, p. 185-194.

CARTÃO POSTAL. *Cadeia Pública de Aracaju*. Autor desconhecido. (s. d.) Acervo Iconográfico. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1465655/icon1465655.jpg Acesso em 18.01.2020.

CARVALHO NETO, Antônio Manuel de. *Bases Constitucionais do Direito Penitenciário: Projetos, Discursos, Anotações*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

CARVALHO NETO, Antônio Manuel de. *Cinzas da Província*. Aracaju: Curso de Tipografia e encadernação da Escola Industrial de Aracaju, 1955.

CARVALHO NETO, Antônio Manuel de. *Direito Penitenciário: sugestões a respeito dos temas da 6ª Comissão, na terceira conferência penitenciária brasileira*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1949.

CRUZ, Jeferson Augusto da. *Uma mão de verniz sobre o Tabuleiro de Piroro: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918-1926)*. 2016. 192 f. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2016.

CRUZ, Marcia Terezinha J. O. Reflexos de Themis: aspectos prosopográficos dos primeiros docentes do Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe (1968). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Nº 48, vol. 1 2, 2018. p. 223-237. Dossiê Universidade Federal de Sergipe: meio século de histórias. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/rihgse/article/view/12435>

CRUZ, Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira. *Ritos, símbolos e práticas formativas: a Faculdade de Direito de Sergipe e sua cultura acadêmica (1950-1968)*. 2014. 524 f. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-Sergipe, 2014.



DAIX, George. *Dicionário de Santos*. Do calendário romano e dos beatos portugueses. Lisboa: Terramar, 2000.

DEL MESE, Massimo. *Cívica Mente. La Castelluccia il símbolo storico di Battipaglia è in rovina*. Disponível em: <https://www.massimo.delmese.net/71946/civica-mente-la-castelluccia-il-simbolo-storico-di-battipaglia-e-in-rovina/> Acessado em 30.01.2020.

DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOMINGUES, Petrônio; SOUZA, Edvaldo Alves. Dos rigores do cativo ao cárcere de uma penitenciária: libertos em Sergipe no pós-abolição. In: *Topoi (Rio J)*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 729-750, set/dez. 2019.

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ENNES, Marcelo Alari. A Imigração estrangeira em Sergipe (1875-1930). In: *História* (São Paulo) v.30, n.2, p. 312-334, ago/dez 2011.

FACULDADE DE DIREITO DE SERGIPE, Noticiário. In: *Revista da Faculdade de Direito de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, ano III, n. 3, 1955, p. 222.

FACULDADE DE DIREITO DE SERGIPE, Noticiário. In: *Revista da Faculdade de Direito de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, ano IV, n. 4, 1956.

FACULDADE DE DIREITO DE SERGIPE, Noticiário. In: *Revista da Faculdade de Direito de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, ano XII, n. 12. 1967.

FEBRE TIFÓIDE. Disponível em <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/febre-tifoide> Acesso em 10.01.2020.

FOUCAULT, Michel (2004). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29. ed. Petrópolis: Vozes.

GOFFMAN, Erving. *Manicônios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Perspectiva, 1974.

GOIS, Mariana Emanuelle Barreto de. “*Nas Muralhas Sombrias*”: Experiências carcerárias na Penitenciária Modelo, Aracaju/Se, 1926-1955. 2019. 230 f. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2019, p. 40.

GUIMARÃES, Luis Gustavo Vogelsanger. *A Arte e Ofício dos Pintores-Decoradores no Estado de São Paulo entre 1890 e 1930*: as pinturas decorativas na Igreja Matriz de Jaú por Oreste e Bruno Sercelli. X FORUM MESTRES E CONSELHEIROS: AGENTES MULTIPLICADORES DO PATRIMÔNIO. 2018. Anais... Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: www.even3.com.br/Anais/xmestres/111548-A-ARTE-E-OFICIO-DOS-PINTORES-DECORADORES-NO-ESTADO-DE-SAO-PAULO-ENTRE-1890-E-1930--AS-PINTURAS-DECORATIVAS-NA-IGR

LAPA, Dayse Araújo. *Linhas Entrelaçadas*: História da educação, arquitetura dos grupos escolares, cidade de Aracaju (1914 -1925). 2019. 295 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Tiradente. Aracaju, 2019.



LIMA, Maria do Socorro. **Propostas de Educação na produção intelectual de Carvalho Neto (1926-1948)**: formação e ética do advogado, educação prisional, exercício do magistério e educação para o trabalho. 2016. 415 f. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016.

MARQUES, Wellington Mangueira. **Entrevista** concedida a Marcia T. J. O. Cruz. Aracaju-SE, 2011 (grifo nosso).

MENDES, Alessandro de Araújo. **O menor abandonado e delinquente em Sergipe**: da instrução ao cárcere (1942-1974). 2014. 208 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014

OLVEIRA, Nayara Alves. **A inserção de Acadêmicos e Licenciados do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe no campo educacional sergipano (1968-1978)**. 2017. 261 f. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Penitenciária Modelo de Aracaju. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasília-Fotográfica. Imagem disponível em <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/discover?query=penitenciaria+de+aracaju> Acesso em: 05.01. 2020.

RAMALHO, Érika Laíse de Santana. **Origem e transformações**: uma análise da morfologia urbana do Bairro América, Aracaju-Se. Laranjeiras. 2016. 102 f. Monografia em Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras, 2016.

RIBEIRO, Genes Duarte. **A professora da nação**: as festas cívicas e as escolas na Paraíba. 2017. 234 f. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América**: a saga de uma comunidade. Aracaju: Info Graphics, 2009.

SANTANA, Cleber de Oliveira. **Ê gente que samba**: práticas culturais e sociabilidades na cidade de Aracaju/SE. 2011. 152 f. Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

SERGIPE, Estado de. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 7 de setembro de 1923**, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinária da 16ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Manoel Corrêa Dantas. Aracaju: Imprensa Oficial, 1928.

SERGIPE, Governo de. **Diário Oficial**. Nomeia Comissão Técnica. Edição de 20 junho de 1923.

SERGIPE, Província de. **Relatório de 1871**. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Consultado em 14 de janeiro de 2020.



SERGIPE. Estado de. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 7 de setembro de 1919**, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinária da 13ª Legislatura, pelo Coronel José Joaquim Pereira Lobo. Aracaju. [s. ed.], 1919.

SERGIPE. Estado de. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 7 de setembro de 1923**, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente Maurício Graccho Cardoso. Aracaju: Imprensa Oficial, 1923.

SILVA, Degenal de Jesus. **Dionísio republicano: as festas dos Grupos Escolares sergipanos e outros olhares (1911-1930)**. 2015. 237 f. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-Sergipe, 2015.

SILVA, Fernando Rodrigo dos Santos. **Circulação das ideias correccionais para menores do espaço luso-brasileiro (1890-1927)**. 2016. 216 f. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2016.

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**, Petrópolis: Vozes, 1974.

VERBETE FESTA. **Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora** online. In: Dicionário Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/festa> Consultado em 24-01-2020.

VERBETE FESTA. In **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** - versão online, 2008. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/festa>. Consultado em 24-01-2020.

